



# MST

Rua Ministro Godoy, 1484  
05015-001 - São Paulo - SP  
Tel.: (011) 864-8977  
Fax: (011) 871-4612

**"1984-1994 MST 10 ANOS DE LUTAS!"**

São Paulo, 13 de dezembro de 1994.

Assunto: Sugestões para mudanças no INCRA

Estimados companheiros,

Durante do mês de novembro/94 recolhemos, junto as bases do MST e com técnicos amigos sugestões para agilizar e tornar mais eficiente a atuação do INCRA.

Estamos enviando em anexo, a decisão tomada na reunião da Coordenação Nacional, com representantes de 22 estados.

Esse documento será entregue ao novo governo e aos superintendentes estaduais que serão nomeados.

Já aproveitamos diversas opiniões de documentos de vocês, no entanto, caso tenham mais alguma contribuição ou discordam de posicionamentos defendidos no documento, gostaríamos de receber suas avaliações.

Atenciosamente,

  
P/ João Pedro Stedile

Secretaria Nacional



# MST

Rua Ministro Godoy, 1484  
05015-001 - São Paulo - SP  
Tel.: (011) 864-8977  
Fax: (011) 871-4612

## AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA UM PROGRAMA IMEDIATO DE REFORMA AGRÁRIA

- PROPOSTA DO MST -

### I. PRESSUPOSTOS POLÍTICOS

As mudanças políticas e administrativas que necessitam ser feitas nos organismos de governo, pressupõe antes, certos requisitos de vontade política como:

1. A decisão política do Governo Federal em realmente querer implementar seu programa de assentamento de 280 mil famílias.
2. Essa vontade tem que se manifestar na forma de, força política, decisões, determinações que sinalizem claramente para a sociedade e para as forças políticas que compõem o governo.
3. Respeito a autonomia e estímulo a participação dos beneficiários da reforma agrária.
4. Garantia de prioridade nos recursos do Orçamento da União
5. Transparência na gestão dessa política.
6. Que o Governo Federal articule o Poder Judiciário para que dê agilidade aos processos e não seja um impedimento à reforma agrária.

### II. SUGESTÕES PARA MUDANÇAS NO INCRA

#### 1. A estrutura

A estrutura do INCRA deve seguir um novo modelo institucional, que garanta:

- uma estrutura ágil e eficiente operativamente;
- a articulação com demais organismos estaduais de reforma agrária;
- o engajamento dos órgãos de desenvolvimento regional;
- a articulação com demais ministérios e organismos afins (como Banco do Brasil, BNB);
- desvinculação da estrutura conservadora do Ministério da Agricultura.

*Para isso propomos:*

1. Vinculação do INCRA diretamente à Presidência da República, sem subordinação do Ministério da Agricultura.
2. Na indicação de nomes para preenchimento dos cargos (Diretorias, Superintendentes) é fundamental o critério da competência gerencial, identificação com a causa da Reforma Agrária e articulação política. O INCRA é muito dependente de comando. A Instituição é eficiente ou não na dependência de quem está dirigindo;

3. Uma estrutura de poder ágil formada por: Presidência, Procuradoria Geral e cinco gerências-meio:

- Gerência de assentamentos
- Gerência para o Nordeste e semi-árido
- Gerência para arrecadação de terras públicas
- Gerência de titulação
- Gerência de cadastro e desapropriações

## 2. Descentralização

As Superintendências Regionais devem ter autonomia.

O INCRA/Brasília deve ser um órgão diretivo, coordenador, supervisor.

Exemplo: Um processo de Desapropriação de um imóvel percorre várias instâncias em BRASÍLIA (lentidão), sem necessidade, pois já percorreu estas mesmas instâncias na Superintendência.

Somos contra a “Municipalização” da reforma agrária. A reforma agrária é uma questão nacional, e municipalizá-la seria imperrar, ainda mais, em função do poder político local.

## 3. Recursos Humanos

O INCRA enfrenta atualmente os seguintes problemas:

- Baixa qualificação técnica
- Escassez de Recursos Humanos
- Má distribuição dos Recursos Humanos, a nível dos Estados
- Desmotivação, inclusive pelos baixos salários
- Falta de renovação de quadro, o conhecimento se “aposenta” sem ser repassado.

### *Propomos:*

1. Contratação: Realização de Concurso Público, aproveitamento dos já realizados, realização de convênios com instituições, criação de sistema de estágio, para aumento do quadro especialmente técnico. Há necessidade de agrônomos, técnicos de nível médio para atividades de campo. E procuradores.
  2. Treinamento e capacitação: Preparação dos funcionários para realmente se empenharem num programa de Reforma Agrária
  3. Remanejamento: Remanejamento dos quadros desajustados às necessidades da Reforma Agrária para outros organismos. E remanejamento interno adequado, qualificações e funções
- Remanejamento de Recursos Humanos: Em alguns locais e Estados sobram e em outros faltam

### 4. Modernização Administrativa:

- Buscar maior grau de Profissionalismo
- Capacitação de Recursos humanos
- Informatização e instrumentos de trabalho adequados
- Plano de Cargos e Salários: Recuperação dos salários

## 4. Orçamento da união

1. Os recursos orçamentários até o presente momento, sempre foram um entrave para a Reforma Agrária. Sempre foram colocados de forma insuficiente às próprias metas. Liberados em épocas não adequadas, e em muitas funções desadequadas aos programas. Da mesma forma para os Estados, as liberações sempre foram desadequadas às necessidades.



2. O orçamento da União deve estar adequado às metas do governo, e realmente provir de recursos para as atividades, meios do INCRA, para as desapropriações, indenizações e para o PROCERA.

Todos os estudos da FAO e outros organismos indicam que os recursos aplicados na Reforma Agrária são os mais eficientes para a criação de empregos e de atendimento aos interesses públicos.

3. Evitar os gastos em grandes obras de infra-estrutura nos assentamentos e envolver a própria comunidade na sua decisão e gestão. Pode-se envolver também recursos das prefeituras e governos de estado.
4. ITR. Que o governo (receita federal/INCRA) acione a cobrança judicial de todo ITR atrasado e proponha o pagamento em terras.

Que sejam atualizadas as alíquotas de cobrança do ITR e que esses recursos sejam destinados ao INCRA para maior agilidade no processo de reforma agrária.

## 5. Planejamento participativo

1. A NÍVEL INTERNO: O planejamento deve estar centralizado em Brasília, e ter mais transparência e discussão com as Superintendências. E organizações de trabalhadores.
2. COM O PÚBLICO EXTERNO: As ações do INCRA e a aplicação do orçamento devem estar pautados no Planejamento Participativo. Isso proporcionaria maior dignidade do órgão, transparência, racionalização dos recursos, maior eficiência e menor grau de conflitos.

## 1. OUTROS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AGRÁRIA

### 1. Títulos da dívida agrária

Os problemas do INCRA são potencializados e agravados ainda mais pela moeda que usa - TDA. Uma moeda sem credibilidade no mercado, pelo calote sistemático do próprio Governo.

É uma moeda "tão podre" que as próprias Instituições Governamentais não a aceitam em operações triangulares com os proprietários e o INCRA (quitação de débitos, etc.).

Uma simples decisão política do governo de tornar a TDA uma moeda confiável (com previsão orçamentária e honrar os títulos) daria uma velocidade na Reforma Agrária, no mínimo multiplicado por 10. As desapropriações seriam menos emperradas e tornaria possível a aplicação do Decreto 433 (Aquisição, não pode haver preconceito a este Decreto, tem as mesmas características, quanto ao pagamento de uma Desapropriação).

### *Propomos duas medidas:*

1. Realizar uma profunda auditoria no passivo existente (estima-se em torno de 700 milhões de dólares), especialmente na gestão Jäder Barbalho, com o auxílio do TCU, corrigindo e punindo eventuais corrupções havidas e estabelecendo um cronograma de efetivo resgate destes títulos.
2. Inserir os TDAs no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) junto ao Banco Central e Tesouro Nacional, para que tenham garantia de resgate automático na data estabelecida. Com esta medida, os TDAs terão muito mais "valor", controle e serão honrados.

### 2. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária: PROCERA

O atual sistema do PROCERA precisa ser completamente reformulado para que: atenda os objetivos a que foi criado, que chegue em tempo hábil (do ciclo agrícola) e atenda a todas as famílias assentadas. Para isso, propõe-se algumas medidas básicas:

- Que se transforme num programa normal de crédito do Banco do Brasil.
- Que a sistemática de liberação, análise técnica e aprovação dos recursos seja simplificada e liberada na própria agência, ouvida a comissão estadual do PROCERA.

- Que os recursos de origem orçamentária sejam apenas para cobrir a diferença do subsídio ao Banco do Brasil, ampliando assim o volume.
- Ampliar o teto por família
- Priorizar a aplicação de recursos para investimentos na produção.
- Adotar as mesmas normas do PROVAPE, em termos de subsídios
- Que os recursos dos fundos constitucionais também se adequem a essas novas diretrizes, desburocratizando e se tornando mais acessíveis aos assentados. E ampliando de 10 para 20% o volume destinado aos assentados sobre o total dos fundos.
- Que se desburocratize, ampliando o acesso para as famílias localizadas em áreas ainda não regularizadas.

### **3. Participação dos trabalhadores: Os beneficiários**

Em todas as medidas do INCRA ou outros organismos vinculados a Reforma Agrária, os trabalhadores rurais beneficiários devem ser ouvidos e respeitados.

Que os funcionários do INCRA não interfiram nas decisões internas dos assentados. E respeitem a autonomia da organização dos trabalhadores.

Que se criem mecanismos concretos de participação popular nos vários níveis de ação e gestão.

Que se viabilizem convênios com as organizações dos trabalhadores para que realizem as ações de governo nos assentamentos.

RESUMO DAS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES APROVADAS PELO  
7º ENCONTRO NACIONAL DO MST - DEZEMBRO 1993

**I. OBTENÇÃO DA TERRA**

1. Desapropriar os maiores latifúndios de cada estado
2. Definir uma nova política para as TDAS
3. Priorizar a desapropriação das áreas de Pecuária extensiva. E próximo do mercado e infraestrutura
4. Negociar áreas de grandes empresas, pressão política: VARIG, Madeiras, Bancos
5. Agilizar e desburocratizar processos de desapropriação
  - Envolver outros órgãos, no estado e o Ministério Público
  - Encurtar o caminho do processo
6. Discriminação de terras públicas federais no PR e MS
7. Trocar áreas férteis das Forças Armadas por outras
8. Fazer o depósito das TDAS e dinheiro imediatamente após a desapropriação
9. Desapropriar áreas próximas a açudes e barragens no Nordeste

**II. ASSENTAMENTOS**

1. Regularizar todos os atuais assentamentos irregulares e provisórios
2. Descentralizar o processo de Projetos de assentamentos
3. Titular apenas com concessão de uso (em nome homem e mulher)
4. Distribuição de sementes/ e ferramentas no 1o. ano/ e recuperação das áreas - calcário
5. PROCERA. Transformar em linha de crédito o Banco do Brasil. Desburocratizar. E os recursos da união, ser apenas para cobrir o subsídio.
6. Desburocratizar o FNE/FNO

A metodologia PNUD pode ser usada para projetos maiores, mas é inacessível
7. Um programa especial de crédito no Banco do Brasil para agroindústrias e irrigação nos assentamentos, com subsídio
8. Seguro agrícola. Fazer convênio BNB/Banco do Brasil e Cosesp para cobrir com seguro todos os projetos do PROCERA e FNE/FNO.

**PODER JUDICIÁRIO/JUSTIÇA**

1. Reciclar os procuradores do INCRA
2. Fazer convênios com outras instituições
3. Questionar com STF para acelerar processos de desapropriações, rever liminares sobre expropriação apenas da gleba cultivada com psicotrópicos
4. Criar mecanismos para investigar casos de corrupção e conluio - Juizes - Funcionários do INCRA - Fazendeiros.
5. Governo ter uma orientação política sobre o uso dos policiais militares contra trabalhadores.

**EMERGÊNCIA**

1. Atendimento social a toda família acampada
2. Negociar com governos estaduais e juizes, a suspensão de ações de despejo
3. Resolver prioritariamente a situação de conflitos e acampamentos.